



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

TAINÁ VANESSA DE BRITO

MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE EPITÁCIO PESSOA.

CAMPINA GRANDE

2022

TAINÁ VANESSA DE BRITO

MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE EPITÁCIO PESSOA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de graduada em História.

Área de concentração: História Local.

Orientador(a): Dra. Luíra Freire Monteiro

CAMPINA GRANDE

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B862m Brito, Tainá Vanessa de.

Memórias da construção do Açude Epitácio Pessoa
[manuscrito] / Tainá Vanessa de Brito. - 2022.

53 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação
em História) - Universidade Estadual da Paraíba,
Centro de Educação , 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Boqueirão - Paraíba. 2. Açudes. 3.
História local. 4. Aspectos socioeconômicos. I.
Título

21. ed. CDD 981.33

TAINÁ VANESSA DE BRITO

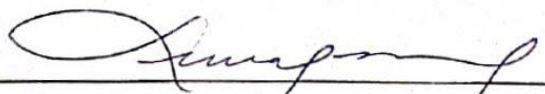
MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE EPITÁCIO PESSOA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de graduada em História.

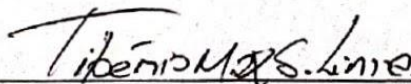
Área de concentração: História Local

Aprovado em: 06/08/2022.

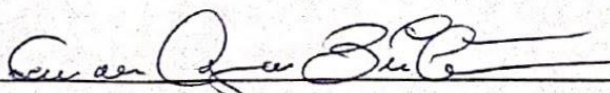
BANCA EXAMINADORA



Dra. Luíra Freire Monteiro (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Tibério Max de Sousa Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Vanderley de Brito
Instituto Histórico de Campina Grande (IHCG)

À minha mãe e ao meu pai por todos os esforços incalculáveis e por sempre acreditarem em mim, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai celestial e boa mãe do Desterro, por toda força e perseverança a mim concedida no decorrer da construção desse trabalho, embora enfrentando todas as adversidades desse período pandêmico.

Aos meus amados pais Francisco Carlos de Brito e Elizete Cosme de Brito, que foram para mim grande exemplo de garra e determinação, que foram fundamentais para meus estudos.

A meu primo Marcelo, por todo companheirismo, que me ajudou tanto na vida como na academia, que com alegria e descontração me ajudou no decorrer dessa caminhada.

A meu irmão Roberto e a meu primo Wellington, por sempre acreditarem em mim, que com palavras de incentivo me ajudaram e apoiaram, foram muito importantes na vida acadêmica.

Às minhas amigas Adriana e Maria, pelos momentos de descontração na vida, que com muito afeto e carinho me acolheram sempre dando forças para superar os acontecimentos do dia a dia.

À professora e querida orientadora Dra. Lúira Freire Monteiro, por toda paciência, auxílio e acolhimento durante a minha formação acadêmica, e que aceitou com tanto carinho fazer a orientação deste trabalho.

À todos, que de forma direta ou indireta colaboraram no decorrer dessa jornada meus mais sinceros agradecimentos.

“A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas” **(Henri Lefebvre)**.

RESUMO

Este trabalho propõe-se refletir sobre os impactos no campo social e econômico, causados pela construção do açude Epitácio Pessoa na cidade de Boqueirão, no estado da Paraíba. Dessa forma, tem por objetivo geral identificar quais foram as mudanças no âmbito socioeconômicos que a obra trouxe para o então distrito de Boqueirão. A pesquisa foi realizada por meio da leitura de obras de escritores paraibanos, publicações e trabalhos acadêmicos que abordam a temática da construção do Açude Epitácio Pessoa, como também foram utilizadas fontes Orais, através de entrevistas com antigos moradores e trabalhadores que deram suas contribuições na obra. Além disso, foi feito o uso de fontes imagéticas e entre periódicos da época. Essa pesquisa nos possibilitou compreender que todos esses aspectos socioeconômicos foram desencadeados a partir da chegada do DNOCS e são desconhecidos pela maioria da população local. O trabalho carrega a relevância de resgatar esse fato tão caro à história local.

Palavras Chaves: Boqueirão - Paraíba; Açudes; História Local; Aspectos Socioeconômicos.

ABSTRACT

This work proposes to reflect on the impacts in the social and economic field, caused by the construction of the Epitácio Pessoa weir in the city of Boqueirão, in the state of Paraíba. Thus, its general objective is to identify the socioeconomic impacts that the work brought to the then district of Boqueirão. The research was carried out through the reading of works by writers from Paraíba, publications and academic works that address the theme of the construction of the Epitácio Pessoa Dam, as well as oral sources, through interviews with former residents and workers who gave their contributions to the work. In addition, imagery sources were used. This research allowed us to understand that all these socioeconomic aspects were triggered after the arrival of the DNOCS and are unknown to most of the local population. The work carries the relevance of rescuing this fact so dear to local history.

Keywords: Boqueirão - Paraíba; Dams; Local History; Socioeconomic aspects.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1: O boqueirão do rio Paraíba
- Figura 2: Equipe de topografia
- Figura 3: Máquinas do DNOCS
- Figura 4: Trabalhos de fundação
- Figura 5: Inauguração do Açude
- Figura 6: Maquinário
- Figura 7: Os primeiros prédios do DNOCS
- Figura 8: Feira de Boqueirão
- Figura 9: A pedra da Santa

LISTA DE ENTREVISTADOS

Antônia Antonieta B. Costa	Aposentada - 86 anos
Antônio Plínio da Costa	Aposentado – 81 anos
José Pereira Sobrinho	Aposentado – 93 anos
Manoel Rodrigues Neto	Aposentado – 72 anos
Maria Emilia da Silva Santos	Aposentada – 80 anos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO: DOS CURRAIS DE GADO À CIDADE DE BOQUEIRÃO-PB.....	14
2.1 As expedições holandesas.....	14
2.2 Expedições pós 1654.....	15
2.3 Os sertanistas da Casa da Torre e a Família Oliveira Lêdo.....	19
2.4 Da formação da vila de Carnoió à cidade de Boqueirão.....	21
3 UMA QUESTÃO PREOCUPANTE A SECA: AS OBRAS DE COMBATE E A CONSTRUÇÃO DO AÇUDE EPITÁCIO PESSOA.....	26
3.1 As políticas de combate às secas.....	29
3.2 A construção do açude Epitácio Pessoa.....	31
4 BOQUEIRÃO NA MEMÓRIA DO SEU POVO.....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

A questão da falta de água ocorrida pelo fenômeno climático da seca tem sido um problema observado há muito tempo no nordeste brasileiro, remontando o período da colonização. Segundo Ab'Sáber (1999), esse processo é consequência da localização geográfica em que esta região se encontra, uma área adjacente à linha do Equador, assim serão apresentadas apenas duas estações no decorrer do ano, uma estação muito seca, com uma outra que a sucede com precipitações pluviométricas moderadas e que ao longo dos anos ocorreram descontinuidades prolongadas. De acordo com Campos e Studart (2001), o semiárido tem sofrido com os graves problemas acarretados pelas longas temporadas de estiagem desde os primórdios, que de tal forma, demorou a ser ocupada pelo colonizador que já havia iniciado a sua exploração territorial.

A fome e a pobreza seriam algo recorrente na vida do povo nordestino. Nesse mesmo sentido, o Cariri paraibano, região localizada ao sul do estado paraibano, uma das áreas mais antigas no que se refere ao processo de ocupação territorial do Brasil colônia, também há muito tem enfrentado os duros contratemplos que as secas têm provocado. Em busca de solucionar essas tão danosas adversidades, as autoridades brasileiras começaram a perscrutar algumas formas de auxiliar essa gente. Uma das soluções que foram encontradas foi a construção de reservatórios, para tentar amparar suprindo as necessidades básicas das pessoas. Mostrando o sentido de mudanças e transformações Ab'Sáber (1999) descreve que:

[...] Seguindo o exemplo dos Estados Unidos, o Brasil, nos fins do Segundo Império e princípios da República, iniciou a construção de um importante açude [...]. O tempo se encarregou de demonstrar que a construção de açudes em locais destituídos de planícies de inundação rio-abaixo, de nada adiantava, de imediato, para um desenvolvimento sócio-econômico mais amplo e efetivo (AB'SÁBER, 1999, p. 52).

Dessa forma, essas obras só começaram a serem efetivas no sentido resolutorio quando chegou-se a um entendimento por parte do governo que as formas como eram realizadas não estavam bons resultados. Ainda nesse sentido de acordo com Ab'Sáber, foi necessário para que houvesse essa mudança no fazer desses açudes a vinda de técnicos norte-americanos especializados que a partir de um longo período de estudos acharam os locais mais propícios para essas

construções serem realizadas, que casou um salto desses feitos entre os anos de 1914 1950 (AB'SÁBER, 1999). Essa política de açudagem representou um grande salto no que se refere à economia das áreas que ganham o benefício, pois as pessoas começam a ter o importante líquido para o uso doméstico, para manutenção da vida animal e também para investir na agricultura irrigada.

Uma dessas importantes obras que foram realizadas foi a na então vila de Cabaceiras, a construção do Açude Epitácio Pessoa, em uma região que fazia parte da bacia do Rio Paraíba, sendo aproveitando a existência do grande boqueirão. Essas grandes aberturas não foram aproveitadas só nesse caso fazia parte das técnicas de construção da engenharia da época utilizar-se destas, “os grandes boqueirões dos sertões secos foram férteis em sugestões para toda uma geração de tecnocratas do passado, dedicados a projetos de construção de barragens” (AB'SÁBER, 1999, p. 16).

Assim sendo, este trabalho dispõe-se a refletir os impactos socioeconômicos que a construção do açude Epitácio Pessoa causou na cidade de Boqueirão, evidenciando quais foram essas mudanças que ocorreram. É importante destacar que com a chegada dos trabalhadores, a então vila começa a ter um grande desenvolvimento econômico, anteriormente à chegada do DNOCS o comércio se resumia a algumas poucas vendas, posteriormente foram criados novos estabelecimentos. E no social pelo fato de terem sido construídos novos núcleos habitacionais, deixando de ser apenas poucas casas ao redor da pequena igreja de Nossa Senhora do Desterro, tudo isso sendo reflexo do aumento da população.

Portanto, esse estudo é composto de três fases: a primeira que corresponde ao II item, que descreve como se deu o processo de interiorização do território a partir do século XVII, mostrando as principais figuras que tiveram participação nessa empreitada, como também abordando o processo de formação da vila de Boqueirão, até ela chegar ao patamar de cidade se desmembrando do município de Cabaceiras. A segunda refere-se ao III item, que trata da problemática da seca através de um apanhado das ocorrências de secas desde os primeiros anos de colonização até o século XX, trazendo algumas medidas tomadas pelo governo federal para resolução dos danos causados pelas baixas precipitações

pluviométricas, chegando a construção do açude Epitácio Pessoa discutindo como ocorreu todo processo de construção até a inauguração. A terceira diz respeito ao IV item, onde é feita uma rememoração das mudanças que ocorreram em Boqueirão com o início dos trabalhos de construção da barragem.

2 PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO: DOS CURRAIS DE GADO À FORMAÇÃO DO ARRAIAL DE CARNOIÓ.

O processo de interiorização do território brasileiro, de uma forma efetiva, começa por volta do fim do século XVII. Por questões financeiras, após a expulsão dos holandeses esse processo se intensifica. Em busca de conquistar recursos para promover um reerguimento econômico do Brasil, a coroa portuguesa incentiva esse movimento, isso ficou conhecido como entradas e bandeiras, e a Paraíba não vai se diferenciar do restante do nordeste brasileiro em relação a esses acontecimentos. Mas esses feitos eram realizados com menor proporção um pouco antes, com os próprios holandeses. Durante o período de ocupação do nordeste brasileiro eles buscaram adentrar o desconhecido sertão, visando a conquista de riquezas.

O território brasileiro não era explorado para além da região litorânea, pois desde o princípio da ocupação portuguesa, esses se detiveram a se apossar apenas da faixa mais costeira do Brasil. O sertão era algo, até então, incógnito. O medo do desconhecido foi o que durante muito tempo, privou os exploradores de transpor a barreira, e chegar a região ignota. Os relatos que existiam até esse tempo, não eram favoráveis para que a opinião desses conquistadores sobre ir mais à frente, não fosse carregada de tanto temor.

Esse aspecto temeroso nos mostra o autor Celso Mariz, ao falar sobre os relatos a respeito das empreitadas que aspiravam chegar aos lugares mais remotos do território brasileiro:

Tantos insucessos, vistos pelo cristal de aumento das narrações sedimentares, foram gerando no público supersticioso daquele tempo. O vago receio de um consciente defensor misterioso, inatingível, de ser a morte o prêmio reservado aos que profanadoramente ousavam sonhar com os sertões longínquos e com o antegoço de sua riqueza inconcebível (MARIZ,1999, p. 08).

2.1 As expedições dos holandeses

Aos holandeses cabem as primeiras experiências de adentramento no território, que até essa fase, era inexplorado por esses desbravadores. Embora essas tentativas de entrada dos flamengos não tenham ido a localidades mais

longínquas, essas foram muito significativas. Ao ir mais adiante, eles buscavam encontrar metais preciosos. Os holandeses fazem essa tentativa de entrada, mas não se fixam nessa região mais afastada. Segundo Seixas (1985), durante o período de ocupação do nordeste brasileiro, essa penetração ao interior paraibano chega até a serra da Copaóba. A região da Copaóba corresponde a localização do atual município de Serra da Raiz. Pela localização que nos fornece Wilson Seixas é possível compreendermos que seus esforços não os levam para uma zona mais distante do litoral.

Outras linhas de penetração são citadas por José Octávio Melo:

[...] Roulox Baro, subindo o curso do rio Paraíba, chegou às nascentes deste, no atual município de Monteiro. [...] Já Elias Herckman(s), percorrendo o mamanguape, passou-se para afluentes deste, o Araçagi, subindo o qual e ultrapassando os contrafortes da Borborema, percorreu a zona compreendida aos atuais municípios de Bananeiras, Solânea e Esperanças. (MELO, 1996, p.58).

A partir dessa localização é possível percebermos com mais exatidão até onde esses exploradores puderam chegar. E isso nos confirma o já assinalado: as expedições iniciais não tomaram grande distância da costa, pois a atual cidade de Bananeiras em linha reta está localizada a cerca de 93 km de distância da capital João Pessoa. A busca por esse cabedal não logrou resultados favoráveis, esses encontraram no seu caminho uma “barreira” formada pelos nativos que repeliam qualquer tentativa de se estabelecerem naquele espaço. Esse fato é explicado pelo viés econômico, conforme nos aponta MELO (1996), com a saída de Nassau, o seu sucessor adota medidas de cunho financeiro que deixam os nativos muito descontentes, pois estavam sendo pressionados para pagarem suas dívidas e isso é o estopim para que os habitantes começam a se rebelar contra o domínio holandês.

2.2 Expedições pós-1654

Uma nova fase da história ocorre após a expulsão dos holandeses em 1654, toma seguimento o processo de interiorização do nordeste brasileiro. Iniciou-se uma preocupação em relação à uma ocupação mais efetiva do interior das províncias, igualmente na Parahyba. O povoamento dos sertões se fazia extremamente importante neste momento, já que uma grave depressão econômica se abatia sobre as províncias que tinham como base econômica a cultura do açúcar, que estava em

forte derrocada. Como aponta Faoro apud Guedes (2006), a crise açucareira que ocorreu nesse período, foi devido a destruição causada pelas guerras promovidas para a reconquista do território, que nesse contexto estava sob domínio holandês, como também a concorrência de mercado que o açúcar brasileiro estava enfrentando.

Motivados por essa crise, a coroa portuguesa iniciou uma verdadeira campanha incentivando as chamadas “entradas e bandeiras” pelo interior a fim de procurar novas matérias-primas, como por exemplo, pedras preciosas, que colaboraram para o reerguimento econômico da região. Vários bandeirantes se propuseram a explorar e colaborar na ocupação dessas terras inóspitas. Com os impulsos dados pela coroa, esses homens organizavam essas expedições visando o aumento de seu poderio econômico, como também aspiravam a conquista cada vez maior de influência. Esses episódios vão marcar de forma expressiva o fim do século XVII.

Essas entradas e bandeiras podiam ser caracterizadas de três formas: prospecção, apresamento e de contrato. As chamadas bandeiras de prospecção se caracterizavam por ter como intuito principal o enriquecimento através do encontro de pedras e metais preciosos, que eles acreditavam existir nas ermas terras do interior. A segunda forma, chamada de bandeiras de apresamento, tinham como meta principal adentrar os sertões em busca dos nativos, estes cada vez mais se afastando para o interior, a fim de aprisioná-los e fazê-los cativos. Isto ocorria com mais frequência em uma época que ainda não se utilizavam da mão de obra africana para trabalhos forçados. A terceira e última forma de bandeira era a chamada “de contrato”, onde os bandeirantes eram contratados com a finalidade de buscarem e aprisionarem os negros cativos que haviam fugido ou que se organizavam nos chamados quilombos.

Em torno do contexto desses movimentos expedicionários é que vai ocorrer a conquista do sertão. Esses empreendimentos vão ocorrer devido a curiosidade do homem em saber mais sobre a região desconhecida, vai fazer com que este se sinta instigado a encarar essa jornada. As bandeiras foram o meio pelo qual o sertão foi desnudado. A sedução e o atrativo trazido pelas novidades que essa parte oculta do

território podia oferecer, se torna um dos motivos de incentivo para se realizassem essas expedições. Tendo por designação também, o nome de “entradas”, esses itinerários tinham a serventia de desmistificar o que era pensado sobre esse espaço, como mitos e histórias fantasiosas a seu respeito.

No despontar dessas empreitadas, as figuras que devemos destacar em primeiro lugar são os destemidos paulistas que começam a adentrar essas terras ignotas. Segundo Furtado (1998), os colonos de São Vicente começaram esse processo de penetração ao interior, por questões econômicas fizeram da caça a indígenas o seu primeiro mecanismo comercial. Dessa forma, a partir do que nos descreve o autor a caça ao Índio se torna o meio pelo qual se desenvolve o processo de exploração dessa região, que durante tanto tempo, mesmo já tendo ocorrido o início do processo de colonização do Brasil, ficou distante do “olhar” da colonização.

Esses colonos viam nos nativos a força de trabalho necessária para que pudessem cada vez mais conseguir o seu desejo de enriquecimento e uma melhor condições de vida, buscam com todo o seu vigor levar adiante seus objetivos e garantindo que nada os atrapalhasse. Podemos confirmar essa ideia com os apontamentos de Mariz:

Tal era o interesse pela escravidão vermelha e a força dos que tinham por condições de bem-estar e vitória na luta pela vida. Já em 1611 Felipe III, tendo assinado uma lei garantindo a liberdade dos Índios, aos repetidos reclames da colônia, levemente revogou-a. (MARIZ, 1999, p.10).

Outro trabalho que era realizado pelos paulistas e que esses tinham renome no que realizavam, era o “sertanismo de contrato”. Essa foi mais uma maneira que fez com que os bandeirantes percorressem cada vez mais para o interior do território. Eles tinham muito interesse de realizar essa forma de expedição, porque, além de receberem pelos seus serviços ao realizarem essas atividades e lograr sucesso, eles ganhavam cada vez mais renome e privilégios que eram concedidos pela coroa portuguesa. De acordo com Guedes:

O “sertanismo de contrato” tornou-se mais comum na segunda metade do século XVII quando principalmente “terços paulistas” eram requisitados pelas autoridades coloniais para fazer frente a ameaças internas a exemplo dos “Índios de corso” ou negros aquilombados. Geralmente, como

recompensa por seus serviços, os paulistas recebiam mercês e privilégios[...]. (GUEDES, 2006. p.93).

A partir dessas grandes empreitadas é que começam a abrir caminho pelo sertão. Essas linhas de penetração vão ocorrer em várias direções. Além dos paulistas, iriam surgir outros protagonistas nesse enredo, que são os baianos. Segundo Mariz (1999), os paulistas e baianos, embora de tão longínquas terras, seguindo o curso do São Francisco conseguiram chegar às extremidades dos territórios de Pernambuco e Piauí, lá encontraram terras que eram bem adequadas para a criação de gados. O gado vai ser muito importante para o sucesso do processo de povoamento dessa região que nesse contexto ainda não havia sido ocupada.

Se faz necessário destacar a grande importância que o gado teve na economia brasileira nesse período. O gado era algo muito importante na produção açucareira, pois eles eram força motriz nos engenhos. Ao servirem como “animal de tiro”. Conforme Furtado (1998), as duas mais importantes e fundamentais fontes energéticas dos engenhos eram a lenha e o gado que era usado como “animal de tiro”. Ao expandir a produção do açúcar, surge um grande problema, porque não é mais possível a criação e a plantação coexistirem.

A criação pode ser considerada como outro motivo que impulsionou essa introdução a regiões mais interioranas. Celso Furtado vem nos mostrar em seu trabalho a incompatibilidade da criação de gado no litoral que era a região voltada para a produção açucareira:

[...] Por outro lado, logo se evidenciou a impraticabilidade de criar o gado na faixa litorânea, isto é, dentro das próprias unidades produtoras de açúcar. Os conflitos provocados pela penetração de animais nas plantações devem ter sido grandes, pois o próprio governo português proibiu, finalmente, a criação de gado na faixa litorânea[...]. (FURTADO, 1998, p. 57).

Essa proibição é o que vai fazer a criação de gado ser direcionada a regiões cada vez mais afastadas das plantações de cana que se encontravam no litoral. Isso vai gerar a abertura de rotas para o interior brasileiro. Grandes figuras vão surgir nesse contexto, pois serão responsáveis por desbravar as terras desconhecidas em busca de criatório adequado para esse gado. Igualmente processo ocorre no

território da Paraíba, grandes figuras vão se destacar nessa conjuntura de buscar novas terras.

Os rios eram o meio pelo qual os desbravadores das terras interioranas usavam para se localizarem neste processo de entradas para essas regiões. Alguns dos principais afluentes da região nordeste usados eram os rios São Francisco e Paraíba. Por meio das margens do São Francisco é que vão se suceder importantes feitos que marcaram a história das bandeiras que aconteceram no interior nordestino e principalmente na Paraíba. Desse modo, as margens desses afluentes foram o "palco" da colonização das terras sertanejas.

2.2 Os sertanistas da Casa da Torre e a Família Oliveira Lêdo

Inúmeros foram os personagens que protagonizaram a ocupação do sertão paraibano. Esse será o início da grande jornada visando vários objetivos, como já citado anteriormente. Um importante grupo que merece destaque nesse processo de ocupação do território paraibano, foram os membros da Casa da Torre que por meio do São Francisco conseguiram chegar a regiões bem distantes. Eles cruzaram fronteiras e romperam barreiras que, em épocas anteriores, por vários fatores não haviam se quer tentado cruzar ou rompê-las. Melo (1996) assegura que por volta de 1663 o sertão da capitania da Paraíba já se encontrava ocupado de forma parcial pelos membros da Casa da Torre através de grande força e posses que os membros deste grupo possuíam:

A Casa da Torre, cuja sede se localizava às margens do rio São Francisco, no sertão da Bahia, obteve-ra a doação de faixa de terra, da confluência do Pajeú, no atual estado de Pernambuco, à foz do Rio Grande, no Rio Grande do Norte. Era, como se vê, imenso território, a origem do sistema latifundiário que marcaria o sertão nordestino. À sua posse habilitaram-se não só o coronel Francisco Dias D'Ávila – que ao falecer, em 1695, legou o patrimônio da Casa da Torre à esposa, dona Leonor Pereira Marinho – como colonos, foreiros daquele potentado. Esses colonos eram arrendatários da Casa da Torre, já então sesmeira do vale do Piancó, Piranhas de cima e Rio do Peixe. Só da ribeira desses rios, as propriedades de Dias D'Ávila ascendiam a vinte e oito. (MELO, 1996, p. 73).

A partir dos apontamentos do autor é possível percebermos a grande importância que o clã da Casa da Torre teve, para que as terras desconhecidas do interior paraibano fossem colonizadas. A ocupação dessa região vai acontecer por linhas de penetração em direções opostas. Vão ocorrer duas linhas de penetração,

uma em sentido longitudinal e outra em sentido latitudinal. Segundo Melo (1996), a primeira foi do sul em direção ao norte, tendo início no São Francisco chegou à Paraíba na divisa com o Pernambuco. Nessa bandeira caminharam paulistas, baianos e pernambucanos.

Outro importante grupo que teve um papel primordial na ocupação efetiva dessas áreas não colonizadas foram os Oliveira Lêdo. Essa família teve uma função digna de destaque, pois realizaram uma ocupação que viabilizou o desenvolvimento econômico da terra. Os seus antecessores que já haviam percorrido uma considerável parcela do território paraibano, desmontando as mobilizações de resistência indígenas que encontraram pelo caminho e sua trajetória não visava qualquer desenvolvimento dessa região, mas, sim, continha um caráter devastador. Assim, podemos perceber que só com os Oliveira Lêdo é que iniciou-se um processo de uma ocupação de fato com perspectiva de evolução.

O patriarca da família era Antônio de Oliveira Lêdo. Ele foi o primeiro de sua parentela a chegar às terras do Cariri. Outros membros desse grupo posteriormente conquistaram lugares que atualmente são importantes cidades no estado da Paraíba. As entradas realizadas pelos Oliveira Lêdo foram linhas de penetração ao sertão da Paraíba que seguiram direção diferente às já realizadas pelos membros da Casa da Torre, tendo em vista que ao introduzir-se com suas expedições esse clã realizou-as partindo no sentido longitudinal como citado anteriormente. As entradas realizadas pelos Oliveira Lêdo seguiam “latitudinalmente, isto é, no sentido horizontal, de leste para oeste”. MELO (1996, p. 74) nos detalha as linhas de penetração realizadas por Antônio:

A primeira, partindo da missão de Boqueirão, pelo curso do Paraíba, até o Rio Taperoá, afluente daquele, cruzou o pequeno Rio da Farinha e subindo o curso do Espinharas, nas vizinhanças de patos, lançou-se para nordeste, a fim de, através do Rio Piranhas, alcançar a região do atual município de Brejo do Cruz e penetrar no Rio Grande do Norte, cuja zona do Seridó pertencia, então, à jurisdição da Paraíba. O outro braço da penetração de Antônio de Oliveira Lêdo desviou-se para o sul, desde Boqueirão, a fim de, pelas nascentes do Rio Paraíba, ingressar em território pernambucano onde, chegando ao Pajeú, encontrou os colonos da Casa da Torre que por ali subiam, rumo ao alto sertão da Paraíba e ao Ceará.

A partir do exposto podemos perceber quão importante foram as expedições realizadas por essa família, outros membros realizam entradas que merecem

destaque como o Teodósio de Oliveira Lêdo. Ele realizou uma importante entrada posteriormente às de Antônio foi ele o fundador da atual cidade de Campina Grande. Conforme Celso Mariz:

Continuando Oliveira Ledo a sua imponente viagem, após dez quilômetros acima de Boqueirão deixou o Parahyba, seguindo a linha oposta à corrente do Taperoá. No terceiro ou quarto dia se bateu com os Cariris, vencendo-os em porfiado combate. Atravessou o planalto da Borborema, descendo a serra pela mesma estrada de hoje, que passa na ladeira da Pedra d'água aos Annis. Neste caso, deixou a direção ocidental do rio, o que nos parece certo porque as datas de sesmarias são requeridas, as primeiras, na linha que o itinerário conhecido descreve, provando acessibilidade, pela exploração, dessas terras. A bandeira penetrou no vale do Piranhas e seguiu até a embocadura do Piancó no Piranhas e por este rio poucas léguas acima. (MARIZ, 1999, p. 24).

Assim, vemos que Teodósio passando por Boqueirão seguia o rio Paraíba e ao deixar este toma rumo até chegar a região do rio Piranhas e do Piancó. Essa informação nos confirma José Octávio:

Descrevendo largo círculo, penetrou o Seridó norte-rio-grandense pela serra de Luíz Gomes e, desviando-se para o sul, alcançou a confluência do rio Piancó com o Piranhas onde, em 1698, fundou o arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. (MELO, 1996, p. 75).

2.3 Da formação da vila de Carnoió à cidade de Boqueirão

A gênese do arraial do Boqueirão vai ser a partir da ocupação dessa região pelo patriarca da família Oliveira Ledo, o senhor Antônio de Oliveira Lêdo. Ao chegar nessa região que não havia recebido a presença do colonizador, só encontrou nessa terra o nativo. “Do ponto de vista da conquista do sertão da Paraíba empreendida entre 1670 e 1730, as aldeias indígenas mais importantes foram aquelas dos Cariris, às margens do Paraíba, em Pilar e Boqueirão”. (Ibid., p. 72). Assim vemos pelo que nos mostra em seu trabalho o autor que a aldeia do Boqueirão foi uma das mais relevantes no processo de ocupação do interior paraibano.

Durante o período de ocupação das terras, a coroa portuguesa estabeleceu um meio para que concedesse terras para homens que pudessem cuidar delas e fazê-las render lucros para Portugal. Quem vem nos mostrar como ocorria todo esse processo é o Padre João Jorge Rietveld:

Os portugueses aderiram ao sistema de sesmarias para ocupar as terras. O nome sesmaria se refere a uma forma de concessão de terras em Portugal, no qual o arrendatário pagava a sexta parte dos frutos (a sesma) ao rei. Este sistema chegou ao fim em 1822. No século XVIII mais de mil sesmarias foram emitidas na Paraíba. [...] Os sesmeiros pediam permissão e direitos legais de suas sesmarias interioranas ao rei de Portugal. [...] O sesmeiro dizia que havia descoberto terras devolutas e alegava que precisava delas para a criação de “Vaccum e Cavalari”. Outra maneira era a aquisição como recompensa por serviços prestados à coroa. [...] As cartas de sesmarias obrigavam o posseiro a cultivar os seus terrenos de modo que dessem frutos[...]. (RIETVELD, 2020, p.81).

Os Oliveira Lêdo solicitaram uma sesmaria à coroa portuguesa. Esse seria o documento que corresponde à região de Boqueirão. Ela é a prova da origem do povoado. Essas terras foram solicitadas para que se iniciasse nessa localidade um grande criatório de gado, tendo o comando do senhor Antônio de Oliveira Lêdo. Essas informações são comprovadas por Rietveld (2020), afirmando que foi um pedido realizado por oito pessoas das quais cinco delas traziam o sobrenome da família. Tal pedido foi apresentado na Bahia no ano de 1665, solicitando terras que alegaram serem devolutas e se encontravam próximas as de André Vidal de Negreiros. Alegaram ainda que haviam descoberto estas que nunca teriam pertencido a outra pessoa.

Conforme Seixas (1985), a indústria da criação de gado na região do Caririvelho foi algo que devemos dar referência ao patriarca dos Oliveira Ledo, e que nas proximidades de Cabaceiras nas margens do Paraíba começou essa grande indústria. Junto com esse grande criatório surge nas margens deste rio a aldeia do Boqueirão. Confirmando a localidade desta povoação em seu trabalho José Octávio fala da localização da sesmaria de Antônio Oliveira Lêdo:

Quando Antônio de Oliveira Lêdo, cuja sesmaria se localizava atrás da de André Vidal de Negreiros, no vale do Paraíba, chegou à missão indígena cariri de Boqueirão, na serra do carnoió, no curso médio daquele rio, em 1670. (MELO, 1996, p.73).

Na Serra de Carnoió, no ponto onde o Rio Paraíba formava um boqueirão, o desbravador julgou ser aquele local o mais propício para desenvolver a produção pecuária. Instalando-se aí e estabelecendo seus currais de gado às margens do Rio Paraíba, Oliveira Lêdo logo começou a enfrentar certa animosidade, por parte dos nativos locais, motivada, talvez, pelo choque entre culturas tão diferentes, entre visões de mundo tão antagônicas. Visando dar uma solução a este imbróglio com os

naturais da terra. Antônio viu na igreja a melhor mediadora para resolver essa querela. Partindo até o Recife, solicitou lá um clérigo para empreender uma catequese aos nativos a fim de adequá-los ao modo de vida “cristão”.

As missões eram o aldeamento de indígenas, sob o cuidado geralmente de religiosos que se incumbiam de catequizar e cuidar desses nativos. Assim, nesse sentido vai surgir no ano de 1670 a missão do boqueirão de Carnoió, quando Antônio de Oliveira Lêdo recorreu ao auxílio de capuchinhos franceses para formar essa povoação na região do Cariri paraibano. Como aponta Brito (2013), Antônio se dirige a Pernambuco em busca de conseguir missionários que estivessem dispostos a formar uma missão com os índios da sua fazenda, essa ficou conhecida como a missão de Nossa Senhora do Desterro do Boqueirão. A missão do boqueirão foi uma das mais antigas e que teve mais relevância na Paraíba.

Oliveira Lêdo, com essa atitude, não carregava em si um bom intencionalismo cristão católico, mas sim a intenção de cessar qualquer animosidade com os nativos, a partir de sua “conversão” às doutrinas católicas. O sacerdote encarregado dessa missão foi o frade capuchinho francês Teodoro de Lucé. Também missionou ali, algum tempo depois, o frei Martinho de Nantes, de igual nacionalidade, e a estes dois missionários se atribui a semente do catolicismo nestas terras, deixando, inclusive, uma capela construída, já nesta época. E foi Martinho de Nantes que deixou por escrito as informações mais relevantes da história dessa missão.

Segundo Martinho de Nantes:

[...] O capitão Antônio de Oliveira, obtendo liberdade e segurança para aí fundar a sua fazenda, deu-lhes alguns presentes, e voltou imediatamente a Pernambuco em procura de um missionário que quisesse permanecer com eles e doutriná-los. [...] Encontrou no pe. Teodoro de Lucé, capuchinho, o missionário que procurava, e é provável que a indústria pastoril por ele iniciada tivesse rápido desenvolvimento. (apud SEIXAS, 1985, p. 138).

Assim vemos pelo que nos apresenta Nantes que essa missão será iniciada por Teodoro de Lucé. Ele é quem vai ser responsável por instituir a fé a Nossa Senhora do Desterro que para os católicos é a intercessora dos que estão longe de sua terra natal. E essa informação nos pode ser confirmada por Padre João Jorge,

ao observar os documentos referentes ao século XVIII, as sesmarias apontam terras que carregam no nome o título de Nossa Senhora do Desterro e cita a existência de uma capela que seguia essa devoção (RIETVELD, 2020).

Não há registros ou escritos que nos traga uma exatidão de onde seria o local da formação desse arraial, mas alguns autores nos trazem informações para podermos ter uma noção de onde supostamente seria esta localização. Joffily em seu trabalho vai falar ter visto ruínas de um suposto convento que a população comentava ser uma antiga moradia de religiosos (JOFFILY, 1892). De acordo com Coriolano de Medeiros, o vilarejo que ele aponta como sendo Boqueirão tinha poucas casas, um reduzido número de habitantes, não passava de 70, havia ruínas de uma igreja que ele aponta como a feita por Lucé e esse local estava situado nas margens do rio Paraíba onde o rio corta a serra (apud BRITO, 2013). Dessa forma, percebemos suposições da existência de ruínas da igreja construída pelo religioso no início da missão.

As ruínas dessa igreja é o que vai deixar mais evidente essa localidade. Conforme Tavares, registros de sesmarias apontam a existência da igreja de Nossa Senhora do Desterro na região do Cariri (apud BRITO, 2013). A localização desse arraial não é possível saber exatamente, pois com a construção do açude Epitácio Pessoa uma grande região ficou submersa numa grande região, mas essas ruínas estariam próximas do boqueirão (BRITO, 2013). Os religiosos não passaram muito tempo na região, e isso explica porque estava abandonado e em ruínas essa igreja. Como aponta Brito (2013), a missão iniciada em 1670 durou até 1676, pois ocorreu desentendimento entre Antônio de Oliveira Lêdo e os religiosos que estavam insatisfeitos com o modo que o patriarca lhe dava com os nativos.

Quanto ao arraial do Boqueirão, pouco se sabe, a partir daí, sobre sua trajetória, em termos de fontes escritas. Com a construção da capela e o estabelecimento dessa missão entre os nativos Cariris habitantes do lugar, acredita-se que formou-se aí um vilarejo, às margens do Rio Paraíba, sustentando sua existência, mesmo que com quase inexistente crescimento. Vanderley de Brito em seu trabalho vem falar sobre motivos que esse lugar tenha sido ficado durante muito

tempo reduzido a poucos habitantes e porque havia a presença dessas ruínas presenciadas pelos autores acima citados:

Talvez o seu estado de abandono tenha se dado devido alguma seca ou epidemia, neste período entre 1833 e 1876, que afugentou os moradores do lugar. A propósito, isso justificaria Joffily e Medeiros tratarem o lugar como "decadente" e também o fato de não haver no lugar uma tradição oral a respeito da missão catequética, pois o lugar teria sido reocupado (BRITO, 2013, p.141).

A pequena vila de Carnoió, até então um resumido povoado em volta da capela de Nossa Senhora do Desterro, pertencente ao município de Cabaceiras que à essa época, tinha um extenso território e exercia uma centralidade nos âmbitos político, jurídico, econômico e religioso logo verá sua realidade bucólica mudar. Em termos de divisão territorial datada de 31 de Dezembro de 1936 e 31 de Dezembro de 1937, Boqueirão se torna distrito de Cabaceiras. Como toda história local está intrinsecamente ligada ao cenário nacional, com Boqueirão não será diferente.

A seca, então uma problemática que há muito assolava o Nordeste do Brasil, também despertou em algumas autoridades da época a iniciativa de fazer-se promover obras estruturantes nesse sentido, que tivessem impacto na diminuição dos imensos prejuízos decorrentes desse fenômeno climático. A realidade de Boqueirão vai mudar a partir dessa obra, que como veremos adiante revolucionou a realidade da então vila pertencente a Cabaceiras, que foi elevada ao título de cidade dois anos depois na inauguração da obra. Pela lei estadual nº 2078, de 30-04-1959, a localidade passa a ser considerada município constituindo, com a sede e mais cinco distritos: Alcantil, Bodocongó (atual Barra de Santana), Caturité e Riacho de Santo Antônio (IBGE).

3 UMA QUESTÃO PREOCUPANTE A SECA: AS OBRAS DE COMBATE E A CONSTRUÇÃO DO AÇUDE EPITÁCIO PESSOA.

A seca é um problema cada vez mais recorrente e o povo nordestino são historicamente vítimas das consequências acarretadas pela seca. Nos períodos prolongados de estiagens, os sertanejos desolados viam-se obrigados a deixarem sua terra e moradia buscando socorro, fugindo da fome e miséria em que se encontravam. Os primeiros relatos sobre esses ocorridos no Brasil são antigos, datam do período colonial como veremos a seguir.

De acordo com Campos e Studart, no que se refere a um conceito, embora, as secas sejam ligadas diretamente à inconstância de chuvas, existem uma série de consequências que os autores chamam também de seca (CAMPOS; STUDART, 2001). Os efeitos trazidos pela seca vão atingir flora, fauna e também o aspecto social:

A seca climatológica (causa primária ou elemento que desencadeia o processo), a seca edáfica (efeito da seca climatológica), a seca social (efeito da edáfica) e finalmente, a seca hidrológica (efeito dos baixos escoamentos nos cursos d'água e/ou do sobreuso das disponibilidades hídricas). (CAMPOS; STUDART, 2001).

Dessa forma, a seca climatológica remete a irregularidade das chuvas, quando não ocorre a precipitação pluviométrica na quantidade esperada ou essa seja inexistente. As demais são consequências dessa primeira que afeta toda a conjuntura da vida na região Semi-Árida do Nordeste brasileiro.

O Nordeste apresenta características climáticas que favorecem essas ocorrências climáticas. A escassez de chuvas ou sua existência em níveis baixíssimos foi algo que já atormentou muito a vida do sertanejo. Os primeiros registros foram realizados no decorrer do período do Brasil colônia, por volta do século XVI. Segundo Lima e Magalhães (2018), esses registros preliminares sobre as secas são escassos, pois estas são do período colonial, a primeira ocorrência data de 1553 e foi catalogada pelo padre jesuíta João Azpilcueta.

No decorrer desse mesmo século outras secas causaram graves problemas para os sertanejos, “em 1583, uma seca ficou conhecida por forçar o deslocamento de aproximadamente 5 mil índios da região dos Cariris Velhos, dos agrestes e dos

sertões interiores para o litoral, em busca de alimento [...]” (CARDIM apud LIMA; MAGALHÃES, 2018, p. 195). Segundo Cardim, a seca ocorrida no intervalo entre 1580 e 1583 foi extremamente devastadora para as fazendas de açúcar e mandioca localizadas em Pernambuco, posteriormente ocorreu outra em 1587 (apud LIMA; MAGALHÃES, 2018). A partir daí, novos registros foram realizados ao longo dos séculos. Mas em relação a esses primeiros registros Magalhães e Lima vão apontar um motivo para que tais registros não tragam muitas informações sobre as questões socioeconômicas dessa população:

Estes registros dos primeiros séculos, entretanto, não apresentam informações sobre os impactos sociais e econômicos. Há que se destacar o fato de a colônia ainda ser pouco habitada e a ocupação ainda estar restrita ao litoral (LIMA; MAGALHÃES, 2018, p. 195).

Essas secas foram se perpetuando ao longo dos séculos, no que lhe sucede será feito novos registros e vem mais detalhados e relata as perdas humanas, da fauna e flora do sertão nordestino e os movimentos migratórios realizados tanto pelos portugueses como pelos povos nativos. O século XVII vai ser uma época de escassez que provocou muito sofrimento para as pessoas. No decorrer do século XVI, conforme nos aponta Lima e Magalhães (2018), houve secas nos seguintes anos: 1603, 1606, 1614 a 1615, 1645, 1652, 1662, 1663 e 1692 à 1693.

As secas ocorreram ao longo dos anos deixaram marcas em cada local e época que aconteceram, podemos dizer que afetou de tal forma a impedir o desenvolvimento de algumas localidades, no momento em que as pessoas eram obrigadas a abandonarem as suas casas e os rebanhos das fazendas, fugindo da miséria que esse fenômeno provocava. Durante o século XVIII, a ocupação das áreas mais interioranas se intensificou. Conforme Campos e Studart (2001) foi nesse período que ocorreu a proibição da criação de gado nas regiões litorâneas, assim torna-se a pecuária e posteriormente o algodão os meios econômicos desses locais. A seca, com suas intercorrências, se coloca assim como um empecilho para um desenvolvimento em larga escala dessas localidades. Segundo Lima e Magalhães (2018), os registros sobre as secas do século XVIII, retratam que essas aconteceram de forma prolongada em alguns casos, todavia, não foram consecutivas e atingiram alguns dos estados nordestinos.

Os primeiros registros datam de 1709 à 1711, a seca que causou muita sede e fome aos indígenas e colonos que ali habitavam, foi a que ocorreu de 1720 à 1727 (LIMA; MAGALHÃES, 2018). Os autores vão comentar quais os últimos registros sobre as secas neste século:

O ano de 1784 também foi seco. Por sua vez o período de 1790 a 1794 promoveu uma destruição significativa no rebanho bovino no Ceará e Rio Grande do Norte, a ponto de causar a transferência da indústria do charque, então florescente no Ceará, para o Rio Grande do Sul (LIMA; MAGALHÃES, 2018, p.197).

Dessa forma, podemos perceber que as secas ocorridas no decorrer do século XVIII, causaram muitas modificações para a região que teve uma ocupação efetiva naquele mesmo século. É importante destacar que até essa altura não é retratado nenhuma medida promovida pelas autoridades para tentar amenizar as graves consequências que as secas causaram nesses locais atingidos. Isso se prolongou até meados do século XIX sem que o governo fizesse algo por essa população tão castigada a cada seca que tinham que passar. Assim, não sendo um cenário diferente do que já vinha acontecendo, o século XIX será marcado por episódios que foram devastadores, conforme nos aponta Alvargonzalez:

Durante o século XIX, há registros secas em 1804, 1809, 1810, 1824, 1825, 1844, 1879, 1888 e 1889. As secas de 1804 e de 1809 não foram graves, embora a segunda delas tenha causado grande morte entre os rebanhos. Já nos anos de 1824 e 1825 aparece um novo desastre, com grande perda de vidas humanas devido à peste de bexiga. Passaram-se 52 anos para que o flagelo voltasse a se desencadear com violência na região (AIVANGONZALEZ, 1984, apud OLIVEIRA, 2007, p. 24).

Dessa forma, a seca que por si só já causava muita fome e miséria ao coincidir com outros fatores como as epidemias ocorridas na mesma época causou um resultado desastroso e avassalador. Segundo Aivangonzalez (1984, apud OLIVEIRA, 2007), por volta de 1877 e 1879 ocorreu uma seca que associada a doenças como a febre, varíola e outras devastou o nordeste brasileiro, tirando a vida de cerca de 500 mil pessoas e isso fez com que o governo imperial se sensibilizasse e começa-se a buscar soluções para essa problemática.

3.1 As políticas de combate às secas

As políticas de combate aos transtornos ocasionados pelas secas só foram pensadas de forma tardia. Durante um longo período os brasileiros que habitavam o semiárido viveram sem nenhuma forma de auxílio por parte das autoridades governamentais. Essas primeiras medidas foram realizadas no decorrer do governo imperial. De acordo com Lima e Magalhães, ao ir até a localidade atingida pela seca ocorrida em 1880, o imperador, comovido com a cena que testemunhou, comprometeu-se em fazer todos os esforços possíveis para que as pessoas recebessem o socorro necessário (LIMA; MAGALHÃES, 2018). O imperador buscando uma forma de solucionar o problema fomentou uma junta responsável para buscar formas de ajudar essas pessoas como nos aponta Lima e Magalhães, “[...] nomeou e enviou à região uma comissão de engenheiros para indicar soluções para o problema das secas[...]” (LIMA; MAGALHÃES, 2018, p. 198).

As medidas inicialmente realizadas não foram realmente eficazes no tocante a resolver de forma efetiva a situação da população. Uma dessas é descrita por Campo e Studart: o governo brasileiro, por volta de 1859, tomou a iniciativa de tentar adaptar camelos no sertão nordestino e levou-os para o estado do Ceará pretendendo que os mesmos ajudassem no transporte de suprimentos básicos, mas essa tentativa não logrou sucesso (CAMPOS; STUDART, 2001). Assim, podemos observar que as iniciativas tomadas pelas autoridades não mostravam uma preocupação de enfrentamento direto para resolver esse problema. Conforme Oliveira:

A classe dominante do Brasil nunca quis colocar em discussão as verdadeiras causas relacionadas à miséria da população nordestina. Assim, optou por centrar as discussões referentes aos aspectos climáticos da região, como aqueles que se referem aos aspectos naturais da falta de água [...] (OLIVEIRA, 1977, apud OLIVEIRA, 2007, p. 26).

Durante o século XX, assim como nos antecessores, ocorreram incidências de secas, mas esse período foi marcado como um momento em que as forças governamentais tiveram a iniciativa de realizar projetos para amenizar as problemáticas das secas. Esse século seria decisivo no que se refere a solucionar a questão da falta de água, pois são construídos reservatórios para que as pessoas possam ter como sobreviver e cuidar dos animais em tempos de carência das

chuvas. É nesse contexto que surgiram órgãos fundamentais para o planejamento e execução das obras de açudagem no Nordeste. Um importante órgão vai surgir vai ser a Inspeção de Obras Contra a Secas, resultado de iniciativas antecedentes de menor proporção como nos mostra Silva:

[...] Foram criadas a Comissão de Açudes e de Irrigação, a de Perfuração de Poços e a Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos da Seca. Todas estas comissões tinham o objetivo principal de fazer com que a política, em nível federal assumisse um papel mais eficaz no que diz respeito à construção de obras de açudagem para a região Nordeste. O resultado dessas comissões foi a criação da primeira inspetoria responsável pelo gerenciamento da água, denominada Inspeção de Obras Contra a Seca (IOCS). [...] Surgida em 1909 fruto de uma divisão no ministério da Viação e Obras[...] (SILVA, 2005, apud OLIVEIRA, 2007, p.27).

De acordo com Oliveira, as obras realizadas por essa inspetoria não surtiram efeito eficiente para socorrer o povo sertanejo pelo fato de as obras realizadas pelo governo federal, diante o contexto político da época onde os coronéis tinham grande influência, não surtiram o efeito necessário para que foram criadas (1977, apud OLIVEIRA, 2007). Em 1915 ocorreu outra seca e causou muitos danos e espalhou muita fome pelo sertão do Nordeste. Lima e Magalhães descreve que, diante do grande número de retirantes fugindo do caos em que se encontravam, foi criado um campo de concentração para os refugiados da seca no estado do Ceará, esse tinha em seu entorno arames e era constantemente resguardado por soldados do exército para evitar que essas pessoas ficassem espalhadas por meio de Fortaleza (LIMA; MAGALHÃES, 2018). Dessa forma, diante dos problemas não resolvidos e da ineficiência, essa inspetoria deu espaço a outro órgão.

No âmbito nacional, ocorreu algo que marcou diretamente o nordeste brasileiro, foi a chegada do primeiro presidente natural desta terra que veio com muitas ideias que tinha a intenção de beneficiar seus conterrâneos tão sofridos. De acordo com Silva, para o presidente os governantes deveriam construir grandes reservatórios para garantir aos nordestinos melhores condições de vida, também proporcionar irrigação para combater a escassez de alimentos e foi durante seu governo que proporcionou melhorias no maquinário a fim de ampliar o processo de construção dos açudes e barragens (2005, apud OLIVEIRA, 2007). Com o malogro da IOCS, o governo fomentou um novo órgão para que pudesse de uma forma eficiente ajudar as vítimas.

Assim foi criado o IFOCS (A Inspectoria Federal de Obras Contra a Seccas). Essa nova instituição era responsável por obras que correspondiam para além da açudagem. Conforme Araújo, essa inspetoria era incumbida de questões estruturantes como a criação de estradas, distribuição elétrica, poços e açudes (1990, apud SILVA, 2012). Portanto, o IFOCS fazia obras em várias áreas diferentes e assim podia gerar também empregos nas obras por ela executadas. Embora tenha surgido com o intuito de ser um órgão capaz de construir obras eficazes contra a seca, este não logrou sucesso nos resultados devido a interferências como corrupção. Silva diz que “o ritmo de construção açudes realizadas pela IFOCS era lento porque alguns grupos de beneficiam com a licitação e o prolongamento da execução das obras[...]” (SILVA, 2005, apud OLIVEIRA, 2007, p. 29).

3.2 A construção do açude Epitácio Pessoa

Essa inspetoria, com todas as dificuldades que enfrentou em trabalhar de forma eficaz, como a anterior, se torna obsoleta e cede espaço a outro projeto. O DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) foi o novo órgão criado e foi responsável por realizar inúmeras obras em vários aspectos no nordeste brasileiro. Uma dessas grandes obras que foram realizadas foi a construção do Açude Epitácio Pessoa, ou como é mais conhecido, o Açude de Boqueirão. Uma obra de grandes dimensões, foi verdadeiramente transformadora, para a até então vila. A obra foi uma forma de solucionar a crise de abastecimento de água, pela qual passava Campina Grande, que por essa época já se despontava como sendo uma das mais importantes cidades do interior nordestino.

No início do século XX, a cidade de Campina Grande não tinha um sistema que pudesse assegurar o abastecimento de água com perspectiva futura. O primeiro meio de abastecimento para Campina Grande foi o “Açude velho” construído por volta de 1830 e se colocando como o maior até então construído (RANGEL JUNIOR, 2013 apud MONTEIRO, 2018). Segundo Monteiro (2018), são alguns dos reservatórios que serviram ao longo da história para abastecer Campina Grande o “Açude Novo” e o “Açude de Bodocongó”. Como nos aponta Souza, por volta de 1939, durante o período de administração de Argemiro de Figueiredo, que começa funcionar o sistema adutor de Vaca Brava que se situava na cidade de Areia, esse

sistema para o momento aparecia ser eficaz, mas era percebido que ao passar dos anos esse se tornaria insuficiente diante o constante crescimento populacional que só aumentava ao longo dos anos, dessa forma ocorreu, o sistema de Vaca Brava entra em colapso e um caos se instala na cidade trazendo doenças e sede (SOUZA, 2013).

Com isso, em Campina Grande se inicia um processo de modernização e higienização que queria fazer grandes mudanças em muitos sentidos, modificando o pensamento das pessoas em relação às suas condições de habitação e saneamento, o que fez só aumentar o desejo pelas promessas das águas do “Boqueirão de Cabaceiras” (SOUZA, 2013). A construção do Açude Epitácio Pessoa, nesse contexto, se coloca como uma solução para o problema de abastecimento de água na Rainha da Borborema, pois essa obra tinha as dimensões e estrutura que serviriam para que os habitantes de Campina sofressem com escassez hídrica. A obra não viria a mudar apenas a realidade da cidade da exponencial cidade do interior paraibano, mas foi fator primordial de desenvolvimento para até então vila Boqueirão de Cabaceiras.

Ao analisarmos o jornal “O Boqueirão”, podemos observar a grande importância e dimensão dessa empreitada, tendo em vista que com o início da obra a começa a ser represado o Rio Paraíba, que por sua grande bacia chegou a causar muitos transtornos a população:

Os engenheiros das obras contra as Secas acabam de realizar um feito sensacional: transformaram um bicho de sete cabeças em manso carneiro criado para montaria de menino. O rio Paraíba, o terrível, o que nunca respeitou o homem ribeirinho, o que derrubava lavouras e afogava rebanhos, não faz mais medo a ninguém. É, hoje em dia, um rio como os outros [...], o Paraíba fez misérias pelas várzeas, arrasando partidos de cana, invadindo casas como cangaceiro que tivesse vindo de terras sertanejas para implantar terror [...] (JORNAL O BOQUEIRÃO, 1957, p. 01).

A localização da obra foi justamente pelo fato de existir um “boqueirão” na localidade. Segundo o dicionário de língua portuguesa Aurélio, a palavra significa grande boca; abertura de um rio ou canal; quebrada entre montanhas. Ou seja, corresponde ao corte que o rio Paraíba faz na serra de Carnoió. Essa abertura já era vista como propícia para ser utilizada para o represamento das águas do rio Paraíba. Podemos perceber pela abordagem de Joffily em sua obra:

Seguindo-se do litoral para o interior do Estado, encontra-se o primeiro boqueirão na distância de cerca de 40 léguas : é o que forma o rio Parahyba na serra Carnoió, na comarca de Cabaceiras, onde é situada a povoação do Boqueirão. Presta-se admiravelmente a imenso açude ou depósito d'água, talvez de capacidade mais de dupla do de Quixadá, no Ceará, e exigindo despesas inferiores (JOFFILY, 1892, p. 18).

Essa abertura com tamanha dimensão foi percebida por Joffily, um século antes da obra ser executada de fato. Ao represar o rio Paraíba possibilitaria a solucionar os problemas hídricos enfrentados na região ao longo dos anos. Na imagem a seguir retrata o boqueirão, antes das obras de construção da barragem, é possível observarmos por meio dessa imagem a grandeza da abertura por onde o rio corria antes de ser perenizado (Figura 1).

Figura 1 – O boqueirão do rio Paraíba



Fonte: www.facebook.com/memorialdasaguas

A então pacata vila começa a mudar a sua realidade monótona e se abre para o início dos trabalhos da tão sonhada barragem. Por volta dos fins da década de 40 e início dos anos 50, chegam a Boqueirão os primeiros trabalhadores do DNOCS, para dar início aos trabalhos topográficos (DNOCS, 2017). Segundo nos aponta Guimarães:

[...] chegavam a Boqueirão a primeira turma de topografia, vinda do Recife, a mando do Engenheiro Paulo Barros, chefe do Serviço de Estudos do D.N.O.C.S. e comandada pelo engenheiro Itiel, um moço de procedência Européia, comandante e comandados instalaram-se como perderam ali na vila [...] (GUIMARÃES, 2003 apud SOUZA, 2013, p. 118).

A partir das descrições feitas pelo autor, é possível entender um problema que se tinha a enfrentar durante a construção do açude, que eram questões sobre

moradia e comida para todos esses trabalhadores que ali trabalhavam. Temos que levar em consideração ao observarmos essa questão é que a vila de Boqueirão até então era um pequeno arraial, que se resumia a poucas casas em torno da igreja de N. S. do Desterro. Então, a chegada desses trabalhadores começa a incentivar a expansão do lugar para que pudesse comportar toda essa demanda. Nessa imagem é retratada a equipe de topógrafos que trabalharam na obra (Figura 2).

Figura 2 - Equipe de topografia



Fonte: www.facebook.com/memorialdasaguas

Tendo o objetivo de solucionar as necessidades dos sertanejos, o açude tinha como prioridade após sua construção, suprir as carências hídricas da população e dos animais, perenizar o rio Paraíba, possibilitar a irrigação e gerar energia, as obras tiveram início em 1951 (DNOCS, 2017). Essas eram algumas das funções que ao elaborar o projeto às autoridades responsáveis consideravam como sendo possível serem realizadas. Com uma bacia hidráulica de grandes dimensões que se estende numa área que envolve os três atuais municípios de Boqueirão, Cabaceiras e Barra de São Miguel, o que é equivalente a 2.680,00 hectares, o açude após sua conclusão teria capacidade de armazenamento de cerca de 535.000.000 m³. Essa capacidade foi sendo perdida devido ao fator do assoreamento e atualmente ele comporta 410.000.000 m³, ou seja, ao longo dos anos ele perdeu 125.000.000 m³ de sua capacidade (DNOCS, 2017).

A obra foi transformadora para vida dos habitantes da pequena Boqueirão. Como nos descreve Oliveira, “a construção do açude durou cinco anos. A tranquilidade da vila foi quebrada, os moradores passaram a conviver com novos

costumes, linguagens e horários, fatos que provocaram mudanças no seu dia-a-dia” (OLIVEIRA, 2007, p.34). O pequeno vilarejo teve que se adaptar: foi necessário a construção de alojamentos para que os trabalhadores tivessem onde morar durante os anos de obra e em nossas pesquisas é constatado a construção de vilas para os operários. Por sua grande proporção a obra necessitou do auxílio do que tinha de mais moderno na época, no tocante à maquinário e isso também podemos considerar como um fator que vai mudar a rotina do lugar. Na imagem seguinte podemos observar algumas das máquinas que foram usadas na obra (Figura 3).

Figura 3 – Máquinas do DNOCS



Fonte: www.facebook.com/memorialdasaguas

No decorrer dos cinco anos de obra ocorreram alguns contratemplos que de certa forma atrapalham o andamento da obra, e é possível observarmos informações sobre isso no trecho do Jornal o Norte, do dia 21 de maio de 1952. Ali foi publicado um telegrama do engenheiro Estevão Marinho ao governador José Américo, onde ele fala sobre problemas financeiros pelos quais passavam:

Em virtude da redução sofrida pela verba mensal destinada à construção da grande barragem do Boqueirão no município de Cabaceiras, a direção da obra viu-se na contingência de operar a compressão também do quadro do pessoal. Entretanto nenhum trabalhador será despedido pois os excedentes daquela obra serão aproveitados em outros locais [...] (JORNAL NORTE, 1952, p. 675).

Com o corte na verba da obra do açude de Boqueirão, foi necessária uma reformulação no quadro de funcionários e esses trabalhadores para não serem prejudicados com o desemprego foram transferidos para outras obras realizadas

pelo DNOCS. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas não realizavam obras apenas de açudagem, como já citado anteriormente. Desse modo, no mesmo período que estava fazendo uma obra de rodovia muito significativa para a região que foi a construção da estrada que ligava Boqueirão ao atual município de Queimadas. Segui o texto:

[...] Vossa excelência, comunico engenheiro Egberto autorizado aproveitar operários dispensados do açude Boqueirão em trabalhos manuais serviços Alto Piranhas ou rodovias Campina Caruaru e ramal Queimadas Boqueirão a cargo servidor José Lins. Limitação verba destinada açude Boqueirão para quatrocentos mil cruzeiros mensais suficiente prosseguimento serviços preparatórios reservando-se recursos acelerar ritmo construção [...] (JORNAL NORTE, 1952, p. 675).

Como podemos observar, os trabalhadores foram aproveitados em outras importantes obras, em especial na rodovia Queimadas e Boqueirão. O contingenciamento das verbas destinadas à obra de Boqueirão, como é exposto no trecho, fez com que desacelera-se o ritmo da construção, pois foi reduzido o quadro de funcionários. Em outro texto do Jornal o Norte datado de 31 de Janeiro de 1952, em uma mensagem aos paraibanos o trecho traz uma síntese sobre o primeiro ano de governo de José Américo. E na fala do governador é possível observar seu esforço para seu segmento tanto como Ministro da Viação e depois como governador de fato:

O Boqueirão de Cabaceiras era uma velha aspiração, como solução fundamental dos problemas de abastecimento d'água e de energia de Campina Grande e como aproveitamento agrícola da zona do Cariri e regularização do leito do rio, evitando as danosas inundações do vale do Paraíba. Como Ministro da Viação, encarei esse empreendimento que ficou, depois, olvidado. Agora podemos asseverar que no prazo de dois anos, se concluirá essa grande barragem [...] (JORNAL NORTE, 1952, p. 584).

O Jornal A União de 21 de Julho de 1953, traz um texto retratando uma comitiva que veio a Boqueirão visitar a obra e constatam que realmente aquela é uma grande obra e possui elevado nível de recursos técnicos:

A comitiva do general Juarez Távora demorou-se algumas horas na região do açude "Boqueirão de Cabaceiras" mas, foi o suficiente para levar uma idéia do arrojo e concepção de um plano gigantesco que envolve, em sua estrutura, a recuperação de toda uma vastíssima zona do nosso Estado. Homens e máquinas ali trabalham o solo e a rocha, dia e noite, sem interrupção no ritmo de atividade, para ver se mais não tarda a solução de um problema [...] (JORNAL A UNIÃO, 1953, p. 3).

A obra tinha um grande número de operários e foi investido o mais sofisticado da engenharia que existia no tempo, e como podemos ver nesse trecho isso deixou os integrantes da comitiva maravilhados com essa grandeza da engenharia. Muitas pessoas trabalhavam nessa obra porque muitas vezes não tinham outra forma de conseguirem o sustento para sobreviver a custo de uma jornada de trabalho longa e sofrida, e isso nos é confirmado pelas palavras do senhor Severino Amaro Guimarães, pois ele foi uma testemunha ocular dessa obra, trabalhando na construção do açude público Epitácio Pessoa, “um complexo de homens e máquinas se movia diuturnamente num vai-e-vem impressionante durante cinco anos. Muitas coisas aconteceram gerando lágrimas, suor e sangue, o que é peculiar às grandes obras [...]” (GUIMARÃES, 2003 apud SOUZA, 2013). Na próxima imagem são retratados os operários nos trabalhos correspondentes a fundação do açude (Figura 4).

Figura 4 – Trabalhos de fundação



Fonte: www.facebook.com/memorialdasaguas

Então, depois dos cinco longos anos de trabalhos a obra é finalizada, teve sua tão esperada conclusão, no ano de 1956, e com a presença de figuras ilustres como o então Presidente da República Juscelino Kubitschek ocorreu a inauguração no dia 17 de Janeiro de 1957 (DNOCS, 2017). Finalmente foi controlado o rio Paraíba que tantos problemas tinham causado para as populações que viviam em suas margens e isso é comemorado como vemos em um trecho do Jornal O Boqueirão:

[...] este monstro acaba de ser domado pela engenharia brasileira. os técnicos das Obras contra as Secas amarraram argolas nas ventas do urso feroz e ele agora dança no compasso das máquinas que taparam o boqueirão de Cabaceiras [...] (JORNAL O BOQUEIRÃO, 1957, p. 01).

Com a presença de figuras importantes a obra foi inaugurada, como vemos na imagem a seguir que retrata o grande dia da inauguração, e a presença do Presidente da República (Figura 5).

Figura 5 – Inauguração do Açude



Fonte: www.facebook.com/memorialdasaguas

Com o açude inaugurado, a vila que já havia passado por grandes mudanças graças a essa importante construção, começa a se desenvolver ainda mais. Muitas pessoas começaram a vir para Boqueirão para aqui trabalhar na irrigação, a população da vila começa a aumentar e também a um crescimento da questão comercial, pois a agricultura irrigada feita em torno do manancial é um atrativo para muitos imigrantes que passaram se ir para Boqueirão vindos de vários lugares da Paraíba e também de outros estados nordestinos (Silva, 2012). Nas margens do açude Epitácio Pessoa são cultivados até hoje diversos tipos de frutas, verduras e legumes: banana, mamão, tomate, cebola, pimentão, entre outros.

Atualmente, o Epitácio Pessoa é responsável por abastecer a cidade de Campina Grande e mais 18 municípios. Essa obra foi de grande importância não só para manter a segurança hídrica de Campina, mas foi fator primordial para o desenvolvimento social e econômico da pequena vila. Apenas dois anos após a inauguração do açude, Boqueirão é elevada a cidade no ano de 1959.

4 BOQUEIRÃO NA MEMÓRIA DO SEU POVO

Boqueirão formou-se às margens do Rio Paraíba, e no princípio de sua gênese mostrava-se um vilarejo modesto, com poucas habitações. Desde sua fundação no século XVII, aquele pequeno núcleo populacional não apresentava meios para que chegasse a um salto desenvolvimentista, tanto no que se refere ao seu número populacional, como também aos seus aspectos econômicos. Essa realidade foi modificada em meados do século XX, quando as autoridades da época, por meio do DNOCS, realizaram a obra que era um feito, símbolo do que se tinha de mais moderno na engenharia do momento. A construção do Açude Epitácio Pessoa transformou e marcou a história de Boqueirão. Essas modificações estão marcadas na memória de seus moradores, os nascidos, ou os que a adotaram como sua terra, pelos atrativos que empregatício dos anos de construção como veremos no decorrer deste capítulo.

A vila era um pequeno povoado que se resumia a quatro ou cinco ruas em torno da capela de Nossa Senhora do Desterro. Conforme Antônio Plínio, antigo funcionário aposentado do DNOCS e cidadão nascido em Boqueirão, no início da construção do manancial o número de moradores não passava de duzentas pessoas, da mesma forma eram reduzidíssimo o número de casas, cerca de quarenta residências (COSTA, 2022). As moradias apresentavam um aspecto de arquitetura simples, eram muito diferentes da modernidade que se tem nos dias atuais (RODRIGUES NETO, 2022).

Na economia e comércio, por ser uma localidade pequena não havia a existência de grandes locais de comércio era tudo muito modesto uma pequena "bodega" que vendia uma variedade de produtos que era possível para aquela realidade. Segundo Manoel Rodrigues, morador nascido na localidade, antes da construção do açude só existia inicialmente a mercearia do senhor Manoel Rodrigues, que era o seu avô, e localizava-se na rua atrás da capela (RODRIGUES NETO, 2022). As escolas que existiam eram poucas e não chegavam a ofertar elevados graus de ensino. Antônio Plínio relatou que em sua infância não tinha escolas regulares, e eram algumas pessoas com grau de escolaridade que se

propuseram a ensinar o nível básico, depois que veio à escola municipal (COSTA, 2022).

A realidade do lugar começou a mudar quando iniciou-se os trabalhos de construção da barragem. A monótona vila passou a receber um grande número de pessoas, pois a grande obra necessita de muitos operários para que o projeto saísse do papel. O principal impacto foi a partir das mudanças que se faziam necessárias para que a vila pudesse comportar a grande circulação de pessoas que chegavam em um curto espaço de tempo. Desde o início da construção as modificações já começaram a surgir, pois ao chegarem os primeiros técnicos já mudou de certa forma a rotina do pequeno lugar.

Segundo Antônio Plínio, os primeiros a chegarem foram os membros da equipe de topografia, não eram grande número, eram os responsáveis por estudar as questões do terreno (COSTA, 2022). A população ribeirinha que estava acostumada em ver a grande força que o Rio Paraíba tinha nos seus maiores anos de cheias, duvidavam se realmente a obra iria progredir. Em tempos de cheia o rio impedia que os caminhões que traziam mercadorias e suprimentos chegassem. “A vila de Carnoió no sentido comercial conta com Pernambuco, para alimentos e suprimentos. Quando o rio estava cheio chegavam as coisas por balsas, quando seco, os caminhões poderiam chegar até a rua da vila” (COSTA, 2022).

Como os moradores que conviviam com essa realidade eram desacreditados que os operários do DNOCS poderiam concluir a obra. Essa informação é confirmada pelo relato de José Pereira, funcionário do DNOCS aposentado e morador de Boqueirão: “tinha muita gente que teimava que não ia construir, mas quando a gente terminou era todo mundo satisfeito” (PEREIRA SOBRINHO, 2022). Com a grande oferta de trabalho as pessoas se deslocavam com muita frequência para a vila, em busca de trabalhar e conseguir melhores condições de vida. Levando em conta que no período as pessoas sofriam com os problemas trazidos pelas secas que há tanto tempo atormentou e trouxe prejuízos e fome para os nordestinos. Sem comida, em busca de sobreviver viam na obra a solução para conquistarem o sustento básico, essas que chegavam eram de locais mais próximos ou mesmo de outros estados.

Os funcionários do DNOCS de cargos mais elevados já eram contratados previamente, vinham transferidos de outras obras. Como nos relatou Antônio Plínio, os trabalhadores de qualificação superior, técnicos, engenheiros, entre outros já faziam parte da folha do DNOCS. Mas os trabalhadores braçais, sem qualificação técnica, eram da região, o processo de contratação era realizado pelo pessoal de escritório, não existiam fiscalização das leis trabalhistas nesse período, diferente dos da atualidade, estes eram alistados para ingressar no serviço (COSTA, 2022). Sabemos que foi grande o número de operários que colaboraram nesta obra, mas não temos com exatidão qual foi esse quantitativo.

Muitas pessoas de Boqueirão foram contratadas, e alguns ficaram só nessa obra, mas outros após o término da construção e se aposentaram como funcionários públicos federais. Antônia Antonieta informou que foi contratada porque alguns conhecidos do seu pai aos encarregados que ela podia trabalhar, assim foi contratada para ser telefonista, mas atuou como ditálografa (COSTA, 2022). Antônio Plínio foi contratado aos 14 anos de idade, inicialmente fazia o transporte de lenha e água para as barracas dos trabalhadores, depois do fim da obra ficou prestando serviços em outros locais até chegar a sua aposentadoria (COSTA, 2022). José Pereira também foi um operário e informou que era operador de máquinas pesadas e foi transferido para prestar seus serviços (PEREIRA SOBRINHO, 2022). A partir dos relatos dos entrevistados esse total varia entre dois mil e cinco mil pessoas que trabalhavam na barragem. Descreveu Manoel Rodrigues:

Veja bem, quando começaram arregimentar o povo para essa obra tinha uns cinco mil homens, era gente de tudo quanto era canto. Vinham do Ceará, do Sertão, Campina Grande, Queimadas, de Boqueirão mesmo e dessa região aqui todinha. Era muita gente, então a variedade de cultura era complicada. Até diarista tinha, eram diaristas, intelectuais, todos participando dessa obra. Vinha gente de Monteiro, Serra Branca, Boa vista, subindo por ali tudo vinha trabalhador. (RODRIGUES NETO, 2022).

Assim podemos perceber por esse relato de Manoel Rodrigues, o tamanho do impacto na vida dos moradores da pequena vila, pessoas com modos de vida diferentes chegavam a localidade e durante cinco anos de obra eram um acréscimo populacional para a vila de Carnoió. Desse modo, surge a necessidade de ter moradia e alimentos para todos esses homens. As moradias que foram providenciadas para alojar os trabalhadores não eram bem estruturadas. Segundo

Antônio Plínio, eram uma fileira de barracas de lona e palha trançada que comportam até trinta operários (COSTA, 2022). A senhora Maria Emília veio para Boqueirão porque seu pai era funcionário do DNOCS e ela descreveu sua chegada:

Meu pai veio trabalhar no açude, na fundação, depois de mais ou menos um ano ele mandou buscar a gente. A família estava em Cabaceiras. Já cheguei, já tinha começado a construção, Boqueirão era pequeno não tinha nada disso. Estava começando o acampamento do DNOCS não tinha nada disso, a gente não veio morar numa casa, foi numa casa de palha, os operários da fundação moravam em barracas de palha sabe, eu cheguei com as coisas e disse papai o que é isso? Ele disse nada à minha filha depois da melhora. (SANTOS, 2021).

Segundo o relato podemos perceber que a vila antes da obra não apresentava aspectos de desenvolvimento e a partir da chegada dos trabalhadores são necessários reajustes no que se refere a habitações para comportar esse grande número. O senhor José Pereira apontou, que morava em Piancó veio para trabalhar na barragem, chegou em 1954, descreveu que nesse período era muito diferente o lugar, era pequeno, em 1954 foi que começaram a construção de novas casas e que era o acampamento do DNOCS (PEREIRA SOBRINHO, 2022). O acampamento foi um complexo de edifícios criado para comportar a estrutura que a obra demandava. O DNOCS começou a construir edificações de alvenaria para melhor alojar seu pessoal. Os primeiros edifícios estão localizados onde hoje é localizado o Bairro novo, mas elas não foram concluídas, pois sua localização não atendia as necessidades do projeto. Segundo Antônia Antonieta:

Era muito pequeno Boqueirão, aí depois que inventaram de fazer o açude começaram a fazer umas casas aqui no Bairro Novo sabe, aí veio um engenheiro dr Anastácio Honório Maia que era um engenheiro de Queimadas, mas antes tinha o primeiro que era de fora do Rio Grande do Sul, aí ele disse fica muito distante é para fazer aí não, aí pararam (COSTA, 2022).

Esses edifícios, por serem distantes, não foram utilizados e foram abandonados, a partir do relato podemos pensar em outra questão para essa mudança de planos, que é a possível perturbação que traria para os moradores onde a obra estava de um lado e do seria o acampamento. Todos os entrevistados relataram a enorme quantidade de máquinas que começaram a chegar para auxiliar nos trabalhos desde a fundação. “Foram encostando as máquinas Track Truck, Tratores de toda capacidade, Scraper, Loda que era uma máquina do tamanho dessa casa só para puxar terra” (RODRIGUES NETO, 2022). Isso nos leva a pensar

na grande movimentação causada, homens e máquinas se consolidam como um verdadeiro canteiro de obras. Como observamos na imagem a seguir, eram máquinas de grande porte (Figura 6).

Figura 6 – Maquinário



Fonte: www.facebook.com/memorialdasaguas

Se os prédios tivessem sido utilizados esse grande número de máquinas estaria constantemente transitando constantemente por dentro da vila. As construções que ficaram quase prontas não foram perdidas, porque com a emancipação as autoridades governamentais usaram os prédios para a atual prefeitura, secretarias de saúde e educação, fórum e delegacia. A imagem a seguir retrata essas primeiras construções que foram deixadas como é possível observar faltando pouco para ficarem concluídas (Figura 7).

Figura 7 - Os primeiros prédios do DNOCS



Fonte: www.facebook.com/memorialdasaguas

Foram construídas então três vilas, dessa vez no local desejado pelo Dr. Anastácio Honório Maia nas proximidades da obra. Assim alojaram de uma forma mais adequada todos esses trabalhadores, pois uma obra que durou cinco anos tinha homens solteiros e casados e precisavam ter onde morar com suas famílias, mas é importante ressaltar uma questão importante os trabalhadores eram divididos conforme o nível do cargos que ocupavam. Dessa forma, trabalhadores braçais não moravam do lado de um engenheiro. Segundo Antônio Plínio, “o novo acampamento ao ser concluído, moravam os técnicos na vila do morro, na mecânica eram os motoristas, mecânicos e naquela subindo para cabaceiras a operária moravam os operários braçais” (COSTA, 2022).

Assim, percebemos que já nos primeiros anos de obra grandes mudanças estruturantes foram realizadas para organizar a vila para seus novos moradores. E no que se refere à alimentação, a pequena localidade não tinha inicialmente quaisquer condições para fornecer alimentos em larga escala como se fazia necessário. Então o DNOCS criou uma espécie de galpão que venderia os suprimentos para seus funcionários. Conforme Antônio Plínio:

Os barracões para distribuição de alimentos, foi instalado uma na esquina da Félix Araújo com a Oliveira Ledo e o outro na rua por trás da igreja. O DNOCS comprava feijão, farinha, e despachava para os operários, os pagamentos não eram regulares e quando recebiam era descontado o quanto tinham comprado e o resto era entregue ao trabalhador (COSTA, 2022).

Com a circulação de dinheiro aumentando devido a todas essas pessoas trabalhando e morando na vila, o comércio começou a se desenvolver e surgiram novas mercearias para atender as necessidades do povo. Segundo Manoel Rodrigues:

Aí as coisas foram melhorando, evoluindo e foi aparecendo seu Antônio do Rêgo com outra mercearia, foi evoluindo né. Severino Macêdo que botou uma casa de artigos de pano sabe, seu Alfredo Florentino que era alfaiate, as coisas foram aos poucos evoluindo foi aparecendo padaria, depois cinema, Milton Ramalho botou um bar e comprou uma difusora e foi aparecendo bares, sinucas essas coisas (RODRIGUES NETO, 2022).

Logo, o progresso começou surgir na pequena localidade: o comércio cresceu a partir do aumento da renda das pessoas, de poucas “budegas” passou a existir outros estabelecimentos que oferecem novos atrativos para essa população. A feira

de Boqueirão entra nesses importantes locais de relações comerciais, ela acontecia na Rua Oliveira Ledo, ou como também é chamada pelos antigos moradores a “Rua velha” (Figura 8).

Figure 8 - Feira de Boqueirão



Fonte: www.facebook.com/memorialdasaguas

A cidade de Campina Grande passava por uma grave crise de abastecimento, já nessa época se destacava como uma importante cidade do interior paraibano, por isso a obra era tão esperada para solucionar todos os problemas enfrentados pelos campinenses. Então se iniciou uma mobilização popular e das autoridades para conseguir o socorro tão importante. A obra foi realizada em duas etapas, segundo José Pereira, em 1952 começaram de fato os trabalhos de fundação e a primeira região a ser explorada foi a que corresponde a atual comunidade do Moita (PEREIRA SOBRINHO, 2022). Essa comunidade está localizada na zona rural do município de Boqueirão. Em busca de reivindicar que os trabalhos fossem acelerados e que a obra fosse entregue para benefício da população, surge nesse contexto um grupo que por sua grande influência fortalece essas cobranças às autoridades, a igreja católica. “Se juntaram as lideranças políticas, nesse tempo a igreja tinha um poder muito forte e por coincidência aconteceu na década de cinquenta a primeira reunião dos bispos do Brasil, e nela redigiram um documento pedindo o socorro de Campina” (COSTA, 2022).

Uma obra desse porte, que possuía um vultoso número de homens e máquinas e gigantescas dimensões, não estaria livre de acontecer intercorrências. Dessa forma, ocorreram muitos acidentes no decorrer da construção que chegaram

a ceifar a vida de muitas pessoas, eram acidentes de diversas formas possíveis. Segundo Manoel Rodrigues:

Houve muitos acidentes na obra, eu sabia porque quando eu era menino batia o sino, o repique de morte. Eu era da igreja aí o povo vinha me chamar, Manoel morreu “fulano de tal” bate o sino. O cara me pagava para bater o sino da saída da casa até chegar no cemitério. Morria gente detonando pedra, caíam num buraco com 10 metros de fundura. Eu me lembro de um caminhão de pólvora que foram buscar alí na caixa d’água, vinha cinco em cima e um acendeu um cigarro e foi um acidente grande. O truck quando o motorista se descuidava numa curva assim, ele cortava a cabeça do cara, morreu muito. Também teve outra fatalidade, lá no túnel, na construção tinha um trator D-8 de esteira é monstruoso, uma mulher ia levar marmitta para o seu familiar e por acidente a frente do trator a navalha esmagou ela na parede o tratorista não viu isso, eu sabia muita coisa porque era sineiro (RODRIGUES NETO, 2022).

Conforme José Pereira, essa situação era tão constante que um grande empresário de Campina na época chamado Álvaro Pimentel realizou uma promessa que se o número de acidente que estavam acontecendo diminuísse, ele compraria uma santa e colocaria na parede do açude e que seria realizado uma missa mensalmente no local (PEREIRA SOBRINHO, 2022). Essa devoção foi que ele implantou foi a Nossa Senhora de Fátima, a imagem realmente foi comprada e colocada no lugar prometido. Até os dias atuais a devoção foi mantida e fiéis católicos visitam mensalmente o local. A imagem a seguir retrata o local onde a santa foi colocada (Figura 9).

Figure 9 - A pedra da Santa



Fonte: www.facebook.com/memorialdasaguas

A vila de Carnoió, como já citado, não apresentava nem um relevante avanço na época anterior a construção do açude. Um aspecto que merece destaque é a questão urbana, em especial o abastecimento de energia elétrica era algo distante da realidade da população. E essa foi mais uma mudança que ocorreu com a chegada dos investimentos do governo federal para a obra. Dentre os prédios que foram construídos pelo DNOCS estava a solução energética para a pequena localidade. De acordo com o senhor Manoel Rodrigues:

Tinha ali a casa de força, alí a última casa depois do escritório, lá funcionava a casa de força, eram duas máquinas que geravam energia para obra e para a vila. Então devagarinho instalaram energia na vila, antes era tudo escuro como “breu”. Depois o DNOCS instalou a monofásica em cada casa com um ou dois bicos de luz o motor também não aguentava muita coisa (RODRIGUES NETO, 2022).

Como podemos observar no relato, sem a chegada dos investimentos federais para a construção do açude, a pequena localidade poderia ter passado muitos anos para que vinhesse a receber a energia elétrica. Para que fosse construída a solução dos problemas hídricos de Campina Grande era necessária uma grande área de hectares de terra. Por sua grande importância essa obra foi de relevância nacional sendo noticiada pelos principais meios de comunicação do momento que eram o rádio e os jornais. “Tinha muito jornal não as coisas eram muito atrasadas, mas tirava sempre algum retrato” (PEREIRA SOBRINHO, 2022). Para conseguir o local que era necessário para a obra acontecer, o Governo Federal desapropriou toda a área que corresponde a bacia do Açude Público Eptácio Pessoa.

Na teoria, a partir da ocupação os proprietários receberam um valor indenizatório pelas terras confiscadas. A realidade foi totalmente diferente, e os donos das terras saíram prejudicados. Para os que receberam alguma quantia, estas eram destoantes com valor real que valia a suas propriedades; para outros, essas indenizações não passaram de promessas. E um desses proprietários era o senhor Manoel Rodrigues, avô do entrevistado Manoel Rodrigues Neto, que descreveu o período de sua infância quando morava com sua família nas terras confiscadas:

Meu avô Manoel Rodrigues morava aí na bacia desse açude, aí isso tudo era dele. Ele morava lá juntamente conosco, eu era menino. Isso aqui era

dele, ali em Pedro Caetano, passando por Aliete, ali até onde tem a cruz dos frades. Isso tudo era de Manoel Rodrigues e minha mãe herdou e eu tenho esse pedaço que é meu sítio. Isso aqui tem escritura passada em cartório, da estrada para lá foi indenizado pelo DNOCS, as águas invadiram as terras dele e o eles indenizaram (RODRIGUES NETO, 2022).

As informações concedidas pelo senhor Manoel Rodrigues nos dão uma noção da extensão das terras do seu avô que se estendia, da atual zona urbana da cidade até a comunidade dos Bredos que se localiza na zona rural do município de Boqueirão. “O pessoal do DNOCS chegaram e invadiram as terras, todo mundo sabia que era para benefício. Acho que por isso meu avô teve um AVC, por causa dessa obra perdeu muita terra. A indenização era uma "mincharia" (RODRIGUES NETO, 2022). Como já citado as escolas que existiam na vila eram algo improvisado, com a chegada do DNOCS essa foi um benefício que surgiu uma escola, para servir aos familiares do pessoal que estava trabalhando, como também para a população em geral. Segundo Maria Emilia, com o passar dos anos surgiu a escola do DNOCS chamada Grêmio Literário, sendo uma idealização de um funcionário da obra, funcionando no turno da noite era frequentada pela população em geral (SANTOS, 2022).

Os trabalhos foram realizados em duas etapas: de 1952 até 1954 foi realizada a primeira fase da obra, mas com algumas intercorrências. De acordo com Antônio Plínio, por volta de 1953, por questões climáticas, fortes chuvas interromperam a continuação dos trabalhos (COSTA, 2022). Com a interrupção da obra, os trabalhos só foram reiniciados no ano seguinte. “Em meados de 1954, ela foi retomada, aí foi construída a primeira etapa 30 metros da parede da barragem” (COSTA, 2022). Nesse período é intensificado as cobranças da população para que as obras chegassem ao fim. Segundo José Pereira, “Ai nós descia para fundação, aí paramos para ajeitar as máquinas, aí quando foi em 1955 começamos” (PEREIRA SOBRINHO, 2022). Assim, a segunda fase da construção vai ser iniciada e em dois anos ela foi terminada. Conforme descreveu Antônio Plínio:

Ai com muita pressão que tinha que construir a obra, foi construída a segunda parte. Logo que concluída a segunda etapa o açude tomou um volume considerável de 320 milhões m³, foi quando apareceu surpresas, trincas na ombreira direita e esquerda que chamou bastante atenção dos técnicos. Ai vinham técnicos de fora para resolver esse problema (COSTA, 2022).

O fim da obra foi no ano de 1956, quando todos os reparos finais haviam sido realizados, a alegria da população era tamanha que a inauguração foi uma grande festa que ocorreu em janeiro de 1957. “O final foi uma verdadeira apoteose” (COSTA, 2022). As pessoas estavam alegres, as que chegaram a duvidar com a obra concluída começaram a levar presentes para os operários, como relatou José Pereira: “teve uma festa aqui todo mundo vinha de presente e a gente não ia buscar não, o povo vinha trazer um carneiro, um bode, um peru, uma galinha, qualquer coisa o pobre dava de presente” (PEREIRA SOBRINHO).

A festa se estendeu por três dias e muitas pessoas, como também a presença de figuras ilustres como o então presidente da república Juscelino Kubitschek. A festa contava com muita dança (COSTA, 2022). Com a descrição feita por Antônio Plínio, podemos dimensionar os festejos que ocorreram na pequena Boqueirão. Era um momento muito esperado a população ganhou o grande manancial para livrá-los das graves consequências das secas e pela primeira vez na história o presidente da república chegava à localidade.

Segundo José Pereira, ocorreu uma separação nas comemorações e os funcionários de cargos superiores festejavam em frente ao cemitério antigo, e os operários braçais fizeram seus festejos nas garagens (PEREIRA SOBRINHO, 2022). A inauguração foi abastecida de muita comida e bebidas, atraiu pessoas de várias localidades, de acordo com Antônio Plínio:

Os três dias foram de muita festa e muito churrasco, o pessoal de fora que vinha nos caminhões saíam com os quartos de bode assado e gritando no fim da tarde. Era muito vinho e muito chopp, tambores de 200 litros com uma torneira, uma vala para assar churrasco que ia da frente do cemitério até a descida para o túnel (COSTA, 2022).

A construção do Açude Epitácio Pessoa teve grande importância para a cidade de Campina Grande e toda a região circunvizinha. Por isso, essas comemorações do dia 16 de janeiro de 1957 foram tão significativas e com a duração estendida no decorrer dos três dias. Portanto, essa obra foi fundamental para o desenvolvimento da pequena vila, como vimos no decorrer deste capítulo ela transformou a localidade em todos os âmbitos, fazendo assim com que ela chegasse à cidade dois anos depois da inauguração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os apontamentos realizados no decorrer deste trabalho, é inegável afirmar que o início do processo de construção da faraônica obra, modificou a realidade do pequeno distrito Carnoió passou a receber cada vez mais pessoas, provenientes das regiões vizinhas e de outros estados, em busca de trabalho, pois era grande o número de vagas que foram ofertadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, assim o pequeno lugar começou a experimentar um crescimento demográfico jamais visto.

Mostrou-se também importante desenvolvimento urbano que ocorreu, considerando que deixou de existir apenas as cinco ruas em volta da igreja existentes antes da construção da barragem, foram construídas para poder suprir a nova demanda populacional a vila mecânica, a vila do morro e a operária, assim estava formado o acampamento do DNOCS que além das três vias fazia parte um conjunto de galpões para abrigar garagens, oficinas, escritórios e outros prédios. Para ajudar no aspecto educacional surgiu também o chamado Grêmio Literário, que era a escola que servia tanto para os trabalhadores e seus familiares, como para a população em geral que quisesse participar das aulas.

Compreendendo que ocorreram várias mudanças no campo econômico, é importante destacarmos no passo em que se deu o desenrolar dos trabalhos aumentou a circulação de dinheiro na localidade deixaram de existir as pequenas "bodegas" e novos comércios vão surgir oferecendo uma variedade de serviços que possibilitam também a diversão da população como: bares, o cinema e os clubes. Como também com o fim dos trabalhos e inauguração do açude, começaram serem doados lotes de terras que se localizavam às margens do manancial, esse fato favorece para que as pessoas comecem a produzir uma infinidade de verduras, frutas e hortaliças em torno da barragem. O cultivo de culturas irrigadas, foi e é até os dias atuais muito importante para a economia do município gerando emprego e renda para muitas pessoas.

Portanto, o açude público Epitácio Pessoa, sem sombra de dúvidas, é um marco na história de Boqueirão. O lugar que em sua origem exerceu importante protagonismo ao ser símbolo da ocupação do interior da província, ganha

novamente um papel primordial ao abrigar o segundo maior reservatório de água do estado, que atualmente é responsável por abastecer mais de um milhão de paraibanos. Analisar as mudanças que a construção do açude Epitácio Pessoa trouxe para a então vila, posteriormente cidade, é acima de tudo trazer para à luz das narrativas historiográficas, a história de Boqueirão que para muitos dos seus habitantes é desconhecida. Ao abordar essa temática é além de tudo, uma valorização da história local, para que tendo a possibilidade de conhecer um pouco de sua história os boqueirãoenses possam se sentir como verdadeiros sujeitos históricos.

REFERÊNCIAS

- A UNIÃO. **Jornal A União**. João Pessoa, 21 jul. 1953.
- AB'SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 07-56, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9474>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- BRITO, V. **Missões na Capitania da Paraíba**. 1. ed. Campina Grande: Cópias & Papéis, 2013.
- CAMPOS, J. N. B. ; STUDART, T. M. C. Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções. In: **Fourth Inter-American Dialogue on Water Management**, 2001, Foz do Iguaçu. Anais do IV Diálogo Internacional de Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2001. V. 01. Disponível em: <https://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9326>. Acesso em: 19 abr. 2022.
- DADOS SOBRE O MUNICÍPIO**: Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 28. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.
- GUEDES, P. H. M. Q. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650 – 1730)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- JOFFILY, I. **Notas sobre a Parahyba**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio de Rodrigues & C, 1892. Disponível em: <https://books.google.com>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- LIMA, J. R. ; MAGALHÃES, A. R. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. **Parcerias Estratégicas**. Brasília, v. 23, n. 46. p.191-212, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- MARIZ, C. **Através do Sertão**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1999.
- MELO, José Octávio de A. **História da Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.
- MONTEIRO, P. M. **A aplicação do princípio do limite com vistas à exploração racional do Açude de Boqueirão**. 2018. TCC (Graduação em Direito) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.
- O NORTE. **Jornal O Norte**. João Pessoa, 31 jan. 1952.
- O NORTE. **Jornal O Norte**. João Pessoa, 21 mai. 1952.
- OLIVEIRA, F. C. **Alterações no sistema produtivo e organização do trabalho na agricultura irrigada em torno do açude de Boqueirão-PB. 2007**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia,

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007. Disponível em: <https://www.ufpb.br/>. Acesso em: 10 out. 2021.

RIETVELD, J.J. **Atos da freguesia de Cabaceiras: catolicismo do leste do leste do cariri**. 1. ed. Queimadas: Cópias e Papéis, 2020.

SEIXAS, W. N. **Viagem através da Província da Paraíba**. João Pessoa: União, 1985.

SILVA, J. E. **Análise de viabilidade econômica da agricultura familiar dos arrendatários do DNOCS no Açude de Boqueirão-PB**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/1800>. Acesso em: 05 set. 2021.

SOUZA, F. B. **Modernidade a conta gotas por uma história do abastecimento de água em Campina Grande – PB (1950-1958)**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080..> 2021. https://www.ufpb.br/fabiano_oliveira. Acesso em: 10 out. 2021.